



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[compras@uffs.edu.br](mailto:compras@uffs.edu.br) – [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

## TERMO DE REFERÊNCIA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2020

Processo Administrativo nº 23205.005060/2020-70  
Aquisição de materiais

**Fundamento Legal:** *caput* do artigo 4º da Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, subsidiariamente ao disposto na Lei nº 8.666/1993, no que couber

**Setor Requisitante:** Campus Realeza/PR

### 1. DO OBJETO

#### 1.1. Descrição do Objeto

**1.1.1.** O objeto desta Dispensa de Licitação visa a aquisição de materiais consumíveis de laboratório para desenvolvimento de atividades relacionadas ao Diagnóstico Laboratorial de COVID-19 para o município de Realeza/PR e região, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Código Catálogo	Código CATMAT	Especificação Técnica	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Empresa vencedora
1	3035.002.14.28	430921	<b>Microplacas para PCR tempo real:</b> Microplaca para sistema de detecção em tempo real PCR, 96 poços, de alto perfil óptico, capacidade 200µL, livre de DNase, RNase e DNA humano. Fundo cônico, preferencialmente brancas, com borda perfil baixo. As placas devem ser compatíveis com o equipamento termociclador, Bio-Rad, Chromo4 e Agilent Stratagene Mx3005P. Pacote com 25 placas	Pacote	10	R\$ 567,45	R\$ 5.674,50	INTERPRIE INSTRUMENT OS ANALÍTICOS LTDA – CNPJ: 72.949.449/0001-01
2	3035.002.14.29	430921	<b>Selos para Placas PCR:</b> Selos ópticos, adesivos para microplacas para sistema de detecção em tempo real PCR, resistente a uma temperatura mínima de -80°C. Compatíveis com equipamento termociclador,	Pacote	03	R\$ 566,39	R\$ 1.699,17	INTERPRIE INSTRUMENT OS ANALÍTICOS LTDA – CNPJ: 72.949.449/0001-01



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[compras@uffs.edu.br](mailto:compras@uffs.edu.br) – [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

			Bio-Rad, Chromo4 e Agilent Stratagene Mx3005P. Pacotes com 100 selos cada					
3	3035.002.14.30	430921	<b>Tubos para PCR em tempo real, 0,2 mL, em tiras:</b> Tiras com 8 Tubos para PCR em tempo real, com capacidade para 0,2mL cada tubo, com tampa, alto perfil, transparente, livre de DNase, RNase e DNA humano, paredes finas. Cada tira contém 8 tubos. Pacote com 120 tiras cada.	Pacote	10	R\$ 476,16	R\$ 4.761,60	INTERPRIE INSTRUMENT OS ANALÍTICOS LTDA – CNPJ: 72.949.449/0001-01
4	3035.002.14.31	430921	<b>Tampas em tiras, superfície plana, para tubos para PCR em tempo real.</b> Transparente, livre de DNase e RNase e DNA humano, cada tira contém 8 tampas. Pacote com 120 tiras cada.	Pacote	10	R\$ 85,95	R\$ 859,50	INTERPRIE INSTRUMENT OS ANALÍTICOS LTDA – CNPJ: 72.949.449/0001-01
<b>Total Geral:</b>							<b>R\$ 12.994,77</b>	

## 1.2. Do Planejamento da Aquisição conforme Ações Institucionais e PAC

**1.2.1.** A demanda prevista nesta Dispensa de Licitação está contemplada no **Plano de Ação CRE126** e foi consolidada no Plano Anual de Contratações – PAC 2020.

**1.2.2.** Sobre a inserção dos itens no PAC, tendo em vista o caráter de imprevisibilidade da demanda, o cadastramento foi realizado com fundamento no disposto no §2º do artigo 11 da Instrução Normativa nº 01/2019 do Ministério da Economia:

*Art. 11. Durante a sua execução, o PAC poderá ser alterado mediante aprovação da autoridade máxima, ou a quem esta delegar, e posterior envio ao Ministério da Economia, por meio do Sistema PGC.*

*§ 1º O redimensionamento ou exclusão de itens do PAC somente poderão ser realizados mediante justificativa dos fatos que ensejaram a mudança da necessidade da contratação.*

*§ 2º A inclusão de novos itens somente poderá ser realizada, mediante justificativa, quando não for possível prever, total ou parcialmente, a necessidade da contratação, quando da elaboração do PAC.*

PLANO DE AÇÃO	
Código do Plano de Ação	Objetivo da Ação Institucional
CRE126	Apoiar o Comitê Assessor de Extensão e Cultura local na criação de espaços para troca de experiências e divulgação interna e externa das ações de extensão e cultura existentes no Campus
PLANEJAMENTO PAC	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[compras@uffs.edu.br](mailto:compras@uffs.edu.br) – [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

Nº dos itens no PAC	Descrição	Unidade responsável pela demanda no PAC
12573	Microplacas para PCR tempo real	Campus Realeza
12574	Selos para Placa PCR	Campus Realeza
12575	Tubos para PCR em tempo real 02,ml, em tiras	Campus Realeza
12576	Tampas em tiras, superfície plana para tubos para PCR em tempo real	Campus Realeza

### 1.3. Dos critérios de Sustentabilidade

**1.3.1.** A empresa Contratada deverá observar o disposto no artigo 5º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG referente à sustentabilidade ambiental, no que for pertinente.

## 2. DAS JUSTIFICATIVAS E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

### 2.1. Da justificativa da Aquisição

**2.1.1.** A aquisição dos materiais justifica-se em vista da pandemia causada pelo COVID-19 e a responsabilidade social da UFFS, que tendo disponibilidade de pessoal técnico está trabalhando na realização de exames de PCR em tempo real para auxiliar os diagnósticos do vírus COVID-19.

**2.1.2.** Há expectativa de realização de 3 (três) mil exames considerando as disposições dos Acordos de Cooperação Técnica assinados com a Prefeitura Municipal de Realeza e o Rotary Clube de Realeza que visam operacionalizar a execução de Diagnóstico Laboratorial de COVID-19 para o município de Realeza/PR e região.

**2.1.3.** Segundo informação consignada pelo Diretor do Campus Realeza/PR, no processo nº 23205.004312/2020-43 que trata do Acordo de Cooperação Técnica com a Prefeitura de Realeza: *“justifica o pedido de análise em regime de urgência a fim de que a ampliação do serviço de testagem da população possa ser disponibilizada à comunidade da forma mais breve possível. Além de recomendação da Organização Mundial da Saúde, esta ampliação na capacidade de testagem é ainda mais importante no contexto da região em que está localizado o município de Realeza, pois todos os exames provenientes da 8ª Regional da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Paraná necessitam ser remetidos ao Laboratório Central do Estado, em Curitiba, para análise e diagnóstico. Esta situação acaba por acarretar atrasos nos diagnósticos e subnotificações que, por sua vez, representam dificuldades para que os organismos de saúde pública possam ter um acompanhamento mais real da evolução da epidemia em nossa região.”*

**2.1.4.** Destarte, a Unidade Requisitante acostou ao presente processo, Notas Técnicas que dispõem sobre o fluxo de trabalho e atendimento do laboratório de diagnóstico do COVID-19, bem como dos Procedimentos Operacionais Padrão para a realização dos exames.

**2.1.4.1.** Sobre as Notas Técnicas, a Unidade Requisitante consignou que *“Conforme pode ser observado pelo fluxo e pelos POP’s, as etapas desde o recebimento da amostra, até a emissão do resultado do exame, são bem complexas. Além de complexas, as etapas também requerem diversos*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[compras@uffs.edu.br](mailto:compras@uffs.edu.br) – [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

*materiais e equipamentos, os quais precisam estar a disposição no laboratório para a execução dos exames e que também apresentam particularidades quanto a compatibilidade dos mesmos com os equipamentos utilizados no diagnóstico.”*

**2.1.4.2.** No “**Encarte H**” consta Nota Técnica emitida pela Unidade Requisitante, que fundamenta a metodologia utilizada para cálculo das quantidades a serem adquiridas.

### **2.1.5. Do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Universidade Federal da Fronteira Sul e o município de Realeza/PR**

---

**2.1.5.1.** No dia 07 de maio de 2020 a Universidade Federal da Fronteira Sul firmou com o município de Realeza/PR o Acordo de Cooperação Técnica, constante no “**Encarte A**” do **Termo de Referência**, que foi instruído por meio do processo administrativo nº 23205.0004312/2020-43.

**2.1.5.2.** O objeto do Acordo de Cooperação visa operacionalizar a execução de Diagnóstico Laboratorial de COVID-19 para o município de Realeza/PR e região, conforme Plano de Trabalho anexo ao instrumento, parte integrante e indissociável do mesmo, obedecidas as atribuições das partes e sem envolver quaisquer transferências de recursos, direto ou indireto.

**2.1.5.3.** As atribuições para consecução do objeto do referido Acordo de Cooperação Técnica estão dispostas na **Cláusula Segunda do Acordo**.

**2.1.5.4.** O prazo de vigência do Acordo de Cooperação Técnica é de 6 (seis) meses a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo a ser firmado pelas partes.

**2.1.5.5.** No “**Encarte B**” consta a **RESOLUÇÃO Nº 13/CONSC-RE/UFFS/2020** que consigna a aprovação do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o município de Realeza pelo Conselho do Campus Realeza;

**2.1.5.6.** No “**Encarte C**”, registra-se o **PARECER nº 00095/2020/PF-UFFS/PFUFFS/PGF/AGU** atinente a análise jurídica do acordo firmado com a Prefeitura de Realeza.

### **2.1.5.7. Das atribuições das partes no Acordo de Cooperação Técnica**

---

**2.1.5.7.1.** O Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Prefeitura de Realeza estabelece na cláusula segunda as seguintes atribuições das partes para a consecução do objeto:

#### ***Cláusula Segunda - Das Atribuições***

*Para a consecução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, são atribuições:*

#### ***Da UFFS:***

- I. Fornecer espaço adequado para o desenvolvimento das atividades.*
- II. Disponibilizar pessoal qualificado para operar os equipamentos e processar as análises.*
- III. Fornecer materiais, incluindo equipamentos de proteção individual (EPI's) que possua em estoque ou venha a adquirir, para a consecução das atividades propostas.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[compras@uffs.edu.br](mailto:compras@uffs.edu.br) – [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

IV. *Permitir o acesso e uso dos equipamentos existentes na Superintendência Unidade Hospitalar Veterinária Universitária de Realeza - SUHVU-RE, que possibilitem o desenvolvimento adequado das atividades.*

V. *Zelar por eventuais equipamentos do Município de Realeza que sejam instalados na SUHVU visando o cumprimento das atividades propostas.*

VI. *Firmar Acordo de Cooperação Técnica com o Rotary Clube de Realeza, para uso do equipamento Termociclador PCR RT que será instalado nas dependências do Laboratório de diagnóstico, situado dentro da SUHVU visando o cumprimento das atividades propostas*

#### ***Do Município de Realeza***

I. *Oferecer um responsável técnico para acompanhamento das ações, que demandem tal responsabilidade no ambiente laboratorial, bem como responsabilidade técnica sobre as atividades do Laboratório.*

II. *Fornecer materiais, incluindo EPI's, que possua em estoque ou venha a adquirir, para a consecução das atividades propostas.*

III. *Zelar pelo espaço e equipamentos disponibilizados pela UFFS visando o cumprimento das atividades propostas.*

IV. *Fornecer o Kits necessários para os diagnósticos dos exames referentes a pacientes do município de Realeza.*

V. *Manter controle e registro das análises para posterior prestação de contas.*

### **2.1.6. Do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Universidade Federal da Fronteira Sul e o Rotary Clube de Realeza**

---

**2.1.6.1.** No dia 07 de maio de 2020 a Universidade Federal da Fronteira Sul firmou com o Rotary Clube de Realeza o Acordo de Cooperação Técnica, constante no **“Encarte D” deste Termo de Referência** que foi instruído por meio do processo administrativo nº 23205.004320/2020-90.

**2.1.6.2.** O objeto do Acordo de Cooperação visa operacionalizar a execução de Diagnóstico Laboratorial de COVID-19 para o município de Realeza/PR e região, conforme Plano de Trabalho anexo ao instrumento, parte integrante e indissociável do mesmo, obedecidas as atribuições das partes e sem envolver quaisquer transferências de recursos, direto ou indireto.

**2.1.6.3.** O referido Acordo viabiliza o fornecimento de Termociclador PCR Tempo Real para ser usado no diagnóstico do Coronavírus, nas dependências do laboratório de diagnóstico, situado dentro da Superintendência Hospital Veterinária Universitária da Campus Realeza da UFFS.

**2.1.6.4.** As atribuições para consecução do objeto do referido Acordo de Cooperação Técnica estão dispostas na **Cláusula Segunda do Acordo**.

**2.1.6.5.** O prazo de vigência do Acordo de Cooperação Técnica é de 6 (seis) meses a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo a ser firmado pelas partes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[compras@uffs.edu.br](mailto:compras@uffs.edu.br) – [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

**2.1.6.6.** No “Encarte E” consta a **RESOLUÇÃO Nº 14/CONSC-RE/UFFS/2020** que consigna a aprovação do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Rotary Clube de Realeza pelo Conselho do Campus Realeza;

**2.1.6.7.** No “Encarte F”, registra-se o **PARECER nº 00094/2020/PF-UFFS/PFUFFS/PGF/AGU** atinente a análise jurídica do acordo firmado com o Rotary Clube;

**2.1.6.8. Das atribuições das partes no Acordo de Cooperação Técnica com o Rotary Clube de Realeza**

---

**2.1.6.8.1.** O Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Rotary Clube de Realeza estabelece na cláusula segunda as seguintes atribuições das partes para a consecução do objeto:

***Cláusula Segunda - Das Atribuições***

*Para a consecução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, são atribuições:*

***Da UFFS:***

- I. Fornecer espaço adequado para o desenvolvimento das atividades.*
- II. Celebrar convênio e(ou) acordo de cooperação com a Prefeitura Municipal de Realeza e com os demais entes responsáveis pelos exames de COVID-19 para os municípios da região a fim de efetivar a realização dos exames no laboratório.*
- III. Fornecer materiais, incluindo equipamentos de proteção individual (EPI's) que possua em estoque ou venha a adquirir, para a consecução das atividades propostas.*
- IV. Permitir o acesso e uso dos equipamentos existentes na Superintendência Unidade Hospitalar Veterinária Universitária de Realeza - SUHVU-RE, que possibilitem o desenvolvimento adequado das atividades.*
- V. Zelar por eventuais equipamentos do Município de Realeza que sejam instalados na SUHVU visando o cumprimento das atividades propostas.*

***Do Rotary Clube de Realeza***

- I. Fornecer o equipamento Termociclador PCR Tempo Real, para ser usado no diagnóstico do Coronavírus, nas dependências do Laboratório.*

**2.1.7.** O extrato de publicação dos Acordos de Cooperação Técnica, foi divulgado no Diário Oficial da União no dia 08 de maio de 2020, conforme consta no “**Encarte G**” deste Termo.

**2.1.8.** Sobre as atribuições firmadas, o Campus Realeza detalhou a dinâmica das partes para esta aquisição em específico, conforme segue:

*“Conforme descrito no acordo, os itens descritos como materiais nas atribuições da UFFS, enquadram todos os materiais consumíveis necessários para a realização dos referidos exames. Informamos que, de todos os itens necessários, apenas os 04 itens (Placas 96 poços, selos para as placas, tubos em tiras para PCR e as tampas destes tubos em tiras), solicitados neste pedido de compra não possuíamos em nossos almoxarifados e que, por este motivo, necessitam ser comprados. A prefeitura de Realeza também foi consultada e não possui os referidos itens em estoque, por este motivo, estamos solicitando a compra,*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[compras@uffs.edu.br](mailto:compras@uffs.edu.br) – [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

*tendo em vista que sem estes, não será possível realizar os exames. Os demais itens que serão utilizados no diagnóstico e que estão citados nos procedimentos (POP's), foram reunidos consultando-se os almoxarifados da CLAB-RE, da SUHVU e da Prefeitura Municipal de Realeza e já estão a disposição nas dependências do Laboratório. Ainda será necessário adquirir alguns equipamentos de proteção individual para uso da equipe de trabalho.*

*Informamos ainda, que os itens identificados no acordo como "insumos" tratam-se dos kits de diagnóstico, citados no item IV das atribuições do Município de Realeza, sendo que estes kits já foram adquiridos pela prefeitura e estão em processo de entrega em Realeza.*

*Quanto ao equipamento, PCR-RT, o mesmo será fornecido, via acordo de cooperação técnica firmado com o Rotary Club de Realeza (processo 23205.004320/2020-90). O referido equipamento está em SP, na sede da empresa que vendeu o mesmo ao Rotary Club, em fase de finalização dos testes para liberação do mesmo. Para adiantar o processo, tendo em vista a urgência da situação, foi solicitado o empréstimo de um equipamento similar junto a UFPR de Curitiba, o mesmo será emprestado até que o equipamento de SP seja entregue. Na próxima semana o equipamento emprestado chegará as dependências da UFFS, campus Realeza para uso."*

## 2.2. Da Justificativa de escolha do fornecedor

**2.2.1.** No que diz respeito a razão da escolha do fornecedor em atendimento ao que preconiza o art. 26, II, da Lei nº 8.666/1993, informamos que a escolha se baseou no **menor valor global** ofertado, conforme orçamentos anexados ao processo, consagrando-se como vencedora a seguinte empresa:

Itens	Fornecedor	CNPJ	Valor total R\$
1, 2, 3 e 4	INTERPRISE INSTRUMENTOS ANALÍTICOS LTDA	72.949.449/0001-01	R\$ 12.994,77

## 2.3. Da Justificativa do Preço

**2.3.1.** Com relação à Justificativa do Preço, em atendimento ao que preconiza o art. 26, III, da Lei nº 8.666/1993, informamos que, a pesquisa de preços dos bens a serem adquiridos foi realizada com base no parâmetro IV do Art. 2º da Instrução Normativa nº 03, de 20 de abril de 2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que alterou a IN 05, de 27 de junho de 2014, para o qual foi utilizado como estimativa de preço o **menor global dos preços obtidos**.

COMPARATIVO DO VALOR TOTAL GLOBAL DOS ORÇAMENTOS OBTIDOS		
Fornecedor	CNPJ	Valor total global R\$
INTERPRISE INSTRUMENTOS ANALÍTICOS LTDA	72.949.449/0001-01	R\$ 12.994,77
DSYSLAB PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS, CLÍNICAS E HOSPITAIS EIRELLI	21.340.859/0001-10	R\$ 13.056,01
BOTULAB PRODUTOS PARA LABORATÓRIO	10.965.288/0001-92	R\$ 17.050,00
CB BIOTECH COMÉRCIO DE MOBILIÁRIOS E EQUIP. PARA LABORATÓRIOS LTDA.	09.423.092/000197	R\$ 17.937,00
INDUSLAB – COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA.	05.897.011/0001-30	R\$ 19.853,97



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[compras@uffs.edu.br](mailto:compras@uffs.edu.br) – [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

**2.3.2.** Com base no exposto, a estimativa do custo total para a aquisição dos itens que compõem este Termo de Referência de Dispensa de Licitação é de **R\$ 12.994,77 (Doze mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta e sete centavos).**

**2.3.3.** Conforme declaração do requisitante no Relatório de Pesquisa de Preços, os valores representam a realidade do mercado.

## **2.4. Da Regularidade Fiscal**

---

**2.4.1.** Com relação à Regularidade Fiscal, em atendimento ao que preconiza o art. 29, da Lei nº 8.666/1993, informamos que a empresa Contratada possui todas as certidões válidas, conforme comprovações acostadas ao processo administrativo.

## **2.5. Da formação de grupo**

---

**2.5.1.** A opção de agrupar os itens desta Dispensa foi justificada pela Unidade Requisitante em razão de que *“os materiais solicitados são utilizados em conjunto para evitar incompatibilidade nos conjuntos.”*

**2.5.2.** Nesse sentido, transcrevemos, o entendimento da Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União:

*“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.” (grifou-se)*

**2.5.3.** Corroborando ao disposto no parágrafo anterior, o entendimento da Relatora Ministra Ana Arraes no Acórdão TCU nº 861/2013-Plenário, de 10/04/2013, de sua autoria:

*“Inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si”.*

## **3. DO ENQUADRAMENTO LEGAL E CLASSIFICAÇÃO DO BENS**

---

### **3.1. Do Enquadramento legal**

---

**3.1.1.** Considerando o atual cenário de Pandemia causado pelo COVID-19 e tendo em vista o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Universidade Federal da Fronteira Sul e o Município de Realeza/PR que juntos intencionam operacionalizar a execução de Diagnóstico Laboratorial de COVID-19 para o Município de Realeza/PR e região, esta demanda se fundamentará no **caput do artigo 4º Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020** que *“Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[compras@uffs.edu.br](mailto:compras@uffs.edu.br) – [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

*decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019” subsidiariamente ao disposto na Lei nº 8.666/1993, no que couber:*

**Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020**

*Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)*

*§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.*

*§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.*

**3.2.** O objeto deste Termo de Referência se enquadra como material comum, observado o disposto no § 1º do artigo 2º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

#### **4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**4.1.** O material objeto deste Termo de Referência será solicitado mediante envio da Nota de Empenho, a ser enviada por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela empresa.

**4.2.** O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias corridos**, contados da **confirmação do recebimento da Nota de Empenho**.

**4.3.** Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: **Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS - Campus Realeza, localizado na Avenida Edmundo Gaievski, 1000, bairro Cidade Universitária, Realeza/PR.**

**4.4.** A entrega dos materiais deste Termo de Referência deverá ser realizada mediante Nota Fiscal.

**4.4.1.** A Nota Fiscal deverá ser emitida para o seguinte **CNPJ: 11.234.780/0001-50**.

**4.5.** A entrega do material deverá ser realizada em horários posteriormente definidos pela UFFS, e indicados na Nota de Empenho, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a entrega possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais ao contrato.

**4.6.** Quando do recebimento provisório do material, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega verificará a conformidade dos mesmos com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[compras@uffs.edu.br](mailto:compras@uffs.edu.br) – [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

**4.7.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**4.8.** Por ocasião do recebimento do(s) materiais(s), a Universidade Federal da Fronteira Sul reserva-se o direito de proceder a inspeção de qualidade do(s) mesmo(s) e a rejeitá-lo(s), no todo ou em parte, se estiver(em) em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a licitante Contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

**4.9.** Correrá por conta e risco da empresa a substituição dos materiais que não estejam de acordo com as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, e na proposta de preços apresentada à época da realização da licitação.

**4.10.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**4.10.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**4.11.** O aceite do(s) materiais(s), pela Universidade Federal da Fronteira Sul, não exclui a responsabilidade civil da licitante contratada por vícios de qualidade ou técnico do produto ou em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1.** São obrigações da Contratante:

**5.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

**5.1.2.** Verificar minuciosamente a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta do fornecedor, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**5.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**5.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

**5.1.5.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela licitante, de acordo com o Termo de Referência e os termos de sua proposta;

**5.1.6.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[compras@uffs.edu.br](mailto:compras@uffs.edu.br) – [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**5.1.7.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**6.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia ou validade;

**6.1.1.1.** O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

**6.1.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**6.1.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**6.1.4.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**6.1.5.** Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

**6.1.6.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto.

**6.1.7.** A Contratada deverá ter ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente no fornecimento dos materiais.

**6.1.8.** A Contratada deverá ser observada as condições de transporte necessárias para garantir a qualidade e conservação dos materiais, garantindo assim a integridade e qualidade do mesmo.

## **7. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**7.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[compras@uffs.edu.br](mailto:compras@uffs.edu.br) – [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**7.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**7.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou instrumento equivalente, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 8. DO PAGAMENTO

**8.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, alterados pelo Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018, deverão ser efetuados no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados da data da liquidação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**8.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto.

**8.2.1. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.**

**8.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

**8.3.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**8.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[compras@uffs.edu.br](mailto:compras@uffs.edu.br) – [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

Contratante.

**8.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**8.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**8.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**8.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**8.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

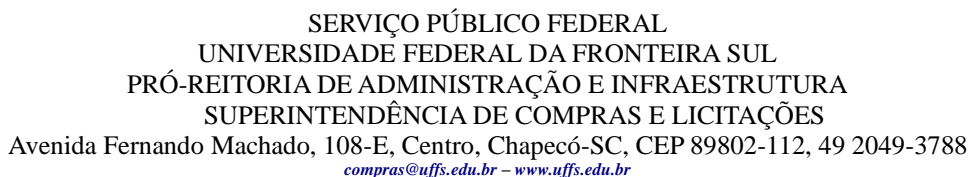
**8.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

**8.12.** Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

**8.13.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.13.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8.14.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua



**EM = I x N x VP, sendo:**

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 14 de 17





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[compras@uffs.edu.br](mailto:compras@uffs.edu.br) – [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

**9.2.5.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**9.2.6.** impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

**9.2.7.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**9.3.** As sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.2.5, 9.2.6 e 9.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**9.4.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**9.4.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**9.4.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**9.4.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**9.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**9.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**9.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**9.7.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**9.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**9.9.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[compras@uffs.edu.br](mailto:compras@uffs.edu.br) – [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**9.10.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**9.11.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**9.12.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**10.1.** A dotação orçamentária da contratação, conforme **Declaração Nº 41/2020 - DORC (10.17.08.21.05)** emitida pela Diretoria de Orçamento será:

**Gestão/Unidade:** 158517

**Fonte:** 8100000000

**Programa de Trabalho:** 12.364.5013.20RK.0040

**Elemento de Despesa:** 339030

**PTRES:** 171285

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**11.1.** Este Termo de Referência foi elaborado a partir das informações consignadas pelo requisitante do objeto no Processo de Pedido de Compras/Contratação, bem como por meio das informações constantes nos Processos Administrativos nº 23205.0004312/2020-43 e nº 23205.004320/2020-90 que consolidam as informações atinentes aos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre a Universidade Federal da Fronteira Sul com o Município de Realeza/PR e o Rotary Clube de Realeza.

### 11.2. Do Regime de Urgência

**11.2.1.** A condição de urgência da presente Dispensa de Licitação, tem respaldo na informação consignada no **item 2.1.3** deste Termo.

### 11.3. Dos Encartes



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[compras@uffs.edu.br](mailto:compras@uffs.edu.br) – [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

**11.3.1.** Integram este Termo de Referência de Dispensa de Licitação, para todos os fins e efeitos, os seguintes Encartes:

**11.3.1.1. ENCARTE A** – Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Universidade Federal da Fronteira Sul e o Município de Realeza/PR;

**11.3.1.2. ENCARTE B** - Resolução nº 13 – CONS-RE/UFFS/2020;

**11.3.1.3. ENCARTE C** - Parecer Jurídico nº 0095/2020 atinente ao Processo Administrativo nº 23205.004312/2020-43 que dispõe sobre o Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Prefeitura de Realeza;

**11.3.1.4. ENCARTE D** – Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Universidade Federal da Fronteira Sul e o Rotary Clube de Realeza;

**11.3.1.5. ENCARTE E** - Resolução nº 14 – CONS-RE/UFFS/2020;

**11.3.1.6. ENCARTE F** - Parecer Jurídico nº 0094/2020 atinente ao Processo Administrativo nº 23205.004320/2020-90 que dispõe sobre o Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Rotary Clube de Realeza;

**11.3.1.7. ENCARTE G** - Publicação do Extrato dos Acordos de Cooperação Técnica no DOU;

**11.3.1.8. ENCARTE H** – Metodologia de cálculo do quantitativo a ser adquirido.

Chapecó/SC, 05 de junho de 2020.

NÁDIA INÊS KIST  
Chefe do Departamento de Contratações Diretas

Eu **ROSÂNGELA FRASSÃO BONFANTI**, Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura e Ordenadora de Despesas, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, **APROVO** o presente **Termo de Referência de Dispensa de Licitação nº 12/2020** com fulcro no **caput do artigo 4º Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020** subsidiariamente ao disposto na **Lei 8.666/1993, no que couber**, que visa a **aquisição de materiais consumíveis de laboratório para desenvolvimento de atividades relacionadas ao Diagnóstico Laboratorial de COVID-19 para o Município de Realeza/PR e região**, conforme especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 05 de junho de 2020.

ROSÂNGELA FRASSÃO BONFANTI  
Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura  
Ordenadora de Despesas